



Os poucos parlamentares presentes pregaram maior rigor da Mesa da Câmara contra os faltosos

Ausência de quorum vira rotina

Presença de apenas 50 deputados impediu que sessão fosse aberta e beneficiou os acusados pela CPI

A Câmara não conseguiu, ontem, reunir um número mínimo de 51 deputados para abrir sua sessão ordinária. De um total de 503, apenas 50 parlamentares compareceram ao trabalho. A falta de quorum resultou em mais um dia de prazo para que os deputados recomendados para cassação pela CPI do Orçamento, e que respondem processo na Comissão de Constituição e Justiça, apresentem suas defesas. O fim do prazo foi adiado para sexta-feira, véspera de Carnaval.

A partir de hoje, entra em vigor o ato de resolução da Mesa que estabelece descontos no salário dos deputados "gazeteiros". Quem se ausentar por um dia terá cortados dois, ou seja, o correspondente a CR\$ 180 mil. Se isto ocorrer na quarta-feira — considerado o dia mais produtivo — o deputado perderá uma semana de subsídios. Mas, antes de ser re-

gra, a medida está sendo considerada ineficaz por vários parlamentares. A começar pelo próprio autor da idéia, o terceiro-secretário da Câmara, deputado Aécio Neves (PSDB-MG), responsável pelo controle das faltas. Ele foi um dos ausentes de ontem.

O primeiro vice-presidente da Câmara, deputado Adylson Motta (PPR-RS), resolveu tomar a iniciativa das críticas. "Só isto não basta". Motta ressaltou que o Regimento da Câmara já prevê a punição pecuniária, "indo mais além", pois castiga com a perda de mandato o parlamentar que faltar a um terço das sessões. "O problema é que a Câmara sempre aceitou as justificativas para todo tipo de ausência", reclamou. O deputado acredita que a única forma viável para exigir a presença dos deputados é o rigor. "Sem pressão e sem aplicarmos o regi-

mento, de fato, cassando os faltosos, as coisas não vão mudar", admitiu Motta. Ele ressaltou que o ato da Mesa não Vale para as sessões da revisão constitucional.

O líder em exercício do PMDB, deputado Germano Rigotto, entende que se este exemplo não for seguido qualquer medida será ineficiente. "A Mesa não pode aceitar desculpas e deve fazer cumprir seu regimento", afirmou.

O deputado Maurílio Ferreira Lima (PSDB-PE) tem dificuldade em apontar uma saída: "Nesta altura, em que os parlamentares não comparecem até nas quartas-feiras, é difícil opinar", afirmou.

Para Maurílio, a Mesa só deveria aceitar, como justificativas de faltas, as "doenças graves, operações cirúrgicas e missões oficiais".